

As recomendações para a participação de atletas transgênero no esporte

RESUMO

Neste ensaio, pretendemos descrever e refletir sobre o desenvolvimento das recomendações esportivas que versam sobre a participação de atletas transgênero no esporte. Perguntamos: como vêm se desenvolvendo tais recomendações, por quem e em quais localidades? Pudemos inferir que, mesmo as recomendações esportivas sendo elaboradas por especialistas na temática e através de dados científicos, o assunto “transgênero no esporte” não é inovador, carecendo de mais investigações no campo empírico e acionando unicamente a testosterona como principal hormônio anabólico responsável pelas diferenças entre homens e mulheres cisgênero, entendimento que é estendido para o rendimento de corpos transgêneros de forma ainda pouco conclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Esportes; Pessoas transgênero; Comitê olímpico internacional

Rafael Marques Garcia

Doutor em Educação Física
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Departamento de Jogos, Rio de Janeiro, Brasil

rafa.mgarcia@hotmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-0837-1493>

Erik Giuseppe Barbosa Pereira

Doutor em Ciências do Exercício e do Esporte
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Departamento de Jogos, Rio de Janeiro, Brasil

egiuseppe@eefd.ufrj.br

<http://orcid.org/0000-0001-8129-4378>

Recommendations about the participation of transgender athletes in sport

ABSTRACT

In this essay, we aimed to describe and reflect about the development of sports recommendations about the participation of transgender athletes in Sports. We ask: how have such resolutions been developed, by whom and in what locations? We were able to infer that, even though the sports resolutions were elaborated by specialists in the theme and through scientific data, the theme “transgender in sport” is not innovative, needing further investigation in the empirical field and triggering only testosterone as the main anabolic hormone responsible for the differences between cisgender men and women, what is extended to the performance of transgender bodies in a still inconclusive way.

KEYWORDS: Sports; Transgender persons; International olympic committee

Recomendaciones para la participación de atletas transgénero en el deporte

RESUMEN

En este ensayo, objetivamos describir y reflejar sobre el desarrollo de las recomendaciones deportivas sobre la participación de deportistas transgénero en el deporte. Nos preguntamos: ¿cómo se han desarrollado tales resoluciones, por quién y en qué lugares? Podríamos inferir qué, si bien las resoluciones deportivas fueron elaboradas por especialistas en la temática ya través de datos científicos, el tema “transgénero en el deporte” no es innovador, necesitando de más investigación en el campo empírico y apoyándose solo en la testosterona como principal hormona anabólica responsable de las diferencias entre hombres y mujeres cisgénero, entendimiento que se extiende al desempeño de cuerpos transgénero de una manera aún no concluyente.

PALABRAS-CLAVE: Deportes; Personas transgénero; Comité olímpico internacional

INTRODUÇÃO

Sujeitos transgêneros¹ enfrentam inúmeros impasses socioculturais que variam desde exclusão escolar, do mercado de trabalho, das práticas corporais e lazer, marginalização social, vulnerabilidade socioemocional e física e maior índice de homicídios (ANTRA, 2019). No âmbito brasileiro, por exemplo, a profissão dessas pessoas é, majoritariamente, profissional do sexo, já que, além de passarem pela exclusão social, familiar e escolar, ainda encontram grandes dificuldades em conseguir espaço no mercado formal de trabalho (GGB, 2019).

No que concerne à Educação Física (EF), os processos de não-reconhecimento e violência simbólica para com este público são marcantes e muito resistentes, tensionados por processos de desconforto, insubordinação e constante demarcação de territorialidades, direitos e deveres (FRANCO, 2016). Como se sabe, um dos eixos de estudos da EF é o esporte, ambos possuindo forte histórico biologicista/biomédico. Neste interim, Deive *et al.* (2011) afirmam que desde os anos de 1980 os estudos sobre as questões de gênero começaram a ser desenvolvidos na EF e esportes, consolidando-se como linha de pesquisa em meados da década de 1990. Todavia, destaca-se um impasse quando Serrano, Caminha e Gomes (2017, p. 1121) afirmam que a EF “ainda não consolidou seus estudos dentro das temáticas de gênero”, o que justifica a realização deste estudo com o intuito de ampliar as compreensões sobre a temática, em especial, transgeneridade na EF e esportes.

Torna-se importante pensar sobre estigmas e preconceitos que sustentam negação e discordância à presença de pessoas/atletas transgêneros no espaço da EF ou do esporte, muitas vezes embasados em posições que desconsideram toda a trajetória de vida da pessoa trans (PRADO; NOGUEIRA, 2018; CAMARGO, 2018a; 2018b).

Dentre as inúmeras formas de se expressar o gênero nas transgeneridades, irrompe a transexualidade como uma identificação possível de subsidiar a permanência de pessoas não-cisgêneras² nas modalidades esportivas, já que a maior parte destas utiliza como critério a divisão por naipes cis em masculino/feminino (REZENDE; PASSOS, 2018). Embora a estruturação da pessoa transexual sugira um articulado mecanismo de construção social que rompe com as convenções ditas naturais e se resignificam dentro de um esquema de poder (BENTO, 2014; 2017), ao ser vislumbrada no esporte, reforça as atribuições masculinas e/ou femininas cisgêneras por fixar características do próprio corpo cis, despertando dúvidas, discussões e possibilidades de se pensar

¹ “O termo transgênero se refere a uma pessoa que sente que ele ou ela pertence ao gênero oposto, ou pertence a ambos ou nenhum dos dois sexos tradicionais, incluindo travestis, transexuais, intersexuais, *Drag Queens* e *Drag Kings*” (GROSSI; ÁVILA, 2011, p. 2).

² O termo “cisgênero” (ou cis) designa a pessoa que se identifica no gênero ao qual lhe foi atribuído no momento de nascimento. Não-cisgênero é, portanto, qualquer (des)identificação das transgeneridades, comumente chamada apenas de “trans”.

as práticas corporais esportivas para além do que apenas o sexo biológico e/ou identidade de gênero.

Este ensaio, de caráter descritivo e qualitativo, objetiva descrever e refletir sobre o desenvolvimento de recomendações esportivas sobre a participação de atletas transgênero no esporte. Para tanto, perguntamos: como vêm se desenvolvendo tais recomendações, por quem e em quais localidades? Para tanto, trazemos à tona as duas principais recomendações do Comitê Olímpico sobre a temática e seus revérberos em federações e confederações, discutindo a partir de quais processos históricos foram elaborados e como a Ciência contribui para a adoção/reformulação dessas recomendações.

O PANORAMA SOBRE TRANSGÊNEROS NO ESPORTE

Uma análise histórica do campo esportivo revela que seus pilares se encontram fixados em normatizações generificadas, que marcam e reproduzem desigualdades e diferenças de gênero, além de ser, por vezes, um espaço hostil para a expressão de corpos dissonantes em âmbito global (CAMARGO; RIAL, 2009; 2011).

No que concerne à presença e participação de atletas trans no esporte, cabe frisar que esta temática não é nova, muito embora seja difícil ter acesso a registros históricos oficiais envolvendo atletas trans, já que a participação deste público sempre foi invisibilizada desses registros (CAMARGO, 2018b). Um dos primeiros casos que se tem datado historicamente é o de Renée Richards, tenista norte-americana que chegou a disputar em 1977 o então *US Open*, tornando-a assim a primeira transexual na história da modalidade (CAMARGO, 2018b).

Neste momento histórico, o objetivo do COI era garantir a divisão de homens e mulheres (cisgêneros) dentro do esporte com o intuito de firmar a justiça da competição. Isso foi feito principalmente de duas formas: em 1966, iniciou-se uma verificação visual da genitália externa das atletas, que ficavam nuas em frente a uma comissão de médicos, que decidiriam se elas poderiam ou não competir no naipe feminino. Outra forma de garantir a separação sexual começou a ser realizada em 1968, com testes laboratoriais realizados nos locais das competições, que analisavam os cromossomos das atletas e somente mulheres com cromossomos sexuais XX eram liberadas para competir (TDF, 2017).

Alguns casos vieram a se tornar notórios após a adoção desta política, dentre eles, o das corredoras polonesa Ewa Klobukowska, banida das competições em 1967 por apresentar constituição genotípica XX/XXY (REZENDE; PASSOS, 2018); o da espanhola Maria José Martínez-Patiño, ex-atleta de atletismo barrada num teste de verificação de gênero por apresentar cromossomos XY na

década de 1980; a atleta brasileira de judô Edinanci Silva, que, por possuir características de intersexo, realizou procedimentos cirúrgicos na década de 1990 para se adequar às normas de verificação de sexo/gênero pelo COI; e a atleta brasileira de voleibol Erika Coimbra, que também por apresentar características de intersexo, teve de realizar tratamento hormonal e alterar sua aparência para um padrão social mais feminino, no final dos anos de 1990 e começo dos anos de 2000.

Em 2003, em decorrência da necessidade de se reavaliar esses métodos, sete médicos especialistas (quadro 1) formulam um documento para autorizar a participação de pessoas transgênero no esporte, denominado “Declaração do Consenso de Estocolmo sobre redesignação sexual nos esportes” (IOC, 2003, p. 1, tradução nossa).

Quadro 1- Especialistas participantes da Reunião de Consenso de Estocolmo de 2003

Especialista	Nacionalidade	Formação	Atuação
Arne Ljungqvist	Sueco	Medicina	Membro honorário do Comitê Olímpico Internacional (COI), ex-presidente da Comissão Médica do COI e vice-presidente da Agência Mundial Antidoping (WADA)
Odile Cohen-Haguenaer	Francesa	Medicina/Genética	Pesquisadora e oncogeneticista do Hospital St. Louis
Myron Genel	Norte americano	Medicina/Endocrinologia	Professor Emérito de Pediatria (Endocrinologia) e Professor Clínico de Enfermagem da Yale School of Medicine
Joe Leigh Simpson	Norte americano	Medicina/Genética	Professor na Herbert Wertheim College of Medicine do departamento de Obstetrícia e Ginecologia, Genética Humana e Molecular
Martin Ritzen	Sueco	Medicina/Endocrinologia	Professor e pesquisador do Karolinska Institutet (Distúrbios do desenvolvimento sexual e estudos clínicos sobre crescimento e puberdade)
Marc Fellous	Francês	Medicina/Genética	Professor de Genética na L’université Paris VII e chefe do Departamento Imunogenética Humana do l’Institut Pasteur.
Patrick Schamasch	Francês	Medicina	Diretor Médico Científico do COI

Fonte: a autoria (2021)

Neste consenso, o grupo confirma que pessoas que realizaram a redesignação sexual antes do período de puberdade são elegíveis para competir pelo gênero ao qual se identificam. Já para aqueles/as que transitaram após esse período, fica estabelecido que são elegíveis para competir pelo gênero atual desde que sigam as seguintes recomendações:

Alterações anatômicas cirúrgicas foram concluídas, incluindo alterações externas nas genitais e realização de gonadectomia; o reconhecimento legal de seu sexo atribuído foi conferido pelas autoridades oficiais apropriadas; a terapia hormonal apropriada para o sexo atribuído foi administrada de forma verificável e por um período de tempo suficiente para minimizar as vantagens relacionadas ao gênero nas competições esportivas (IOC, 2003, p. 1, tradução nossa).

Em 2004, o COI adotou essas diretrizes e nos anos seguintes, importantes pesquisas internacionais, tais como as de Gooren e Bunck (2004) e Gooren (2008) foram realizadas para compreender o impacto da terapia de reposição hormonal cruzada (TRHC) no corpo de atletas trans (TDF, 2017). Louis Gooren é um endocrinologista holandês conhecido por seu trabalho com pessoas trans, e Mathijs Bunck é médico e cientista clínico.

Gooren e Bunck (2004) compararam os níveis plasmáticos de testosterona, massa muscular medida por ressonância magnética no nível da coxa, níveis de hemoglobina (Hb) e fator de crescimento semelhante à insulina-1 (IGF-1), antes e após 1-3 anos de tratamento, de 17 transexuais que transitaram de feminino para masculino (FtM) com 19 que transitaram do masculino para feminino (MtF), submetidos/as à TRHC. Os autores encontraram mudanças impactantes nas características físicas, como a distribuição de massa muscular e gordura, e em variáveis bioquímicas, como Hb e IGF-1, exemplificados pela tabela 1 e tabela 2, abaixo:

Table 1 Changes in plasma testosterone and associated changes in biological variables (Alterações na testosterona plasmática e associação nas variáveis biológicas). All values are means \pm S.D.

	Male-to-female transsexuals (<i>n</i> = 19)			Female-to-male transsexuals (<i>n</i> = 17)		
	Baseline	1 year	3 years	Baseline	1 year	3 years
Plasma testosterone (nmol/l) (6)	21.5 \pm 5.8	1.0 \pm 0.0*	0.9 \pm 0.1	1.6 \pm 0.6	30.8 \pm 11.4	30.0 \pm 13.0
Muscle area (cm ²) (6)	306.9 \pm 46,5	277.8 \pm 37.0*	271.0 \pm 39.0 [§]	238.8 \pm 33.1	285.3 \pm 35.6*	280 \pm 39
Hemoglobin (mmol/l) [§]	9.3 \pm 0,7	8.0 \pm 0.7*	8.1 \pm 0.6	8.2 \pm 0.7	9.4 \pm 0.8*	9.3 \pm 0.9
IGF-1 (7)	38.0 \pm 10.0	14.0 \pm 8.0*		26.0 \pm 12.0	36.0 \pm 14.0*	

**P* < 0.05 baseline vs 1 year (Mann-Whitney test), no significant difference between 1 and 3 years.

[§]Unpublished data. Numbers in parentheses correspond to sources in reference list.

Fonte: Gooren e Bunck (2004)

Table 2 Effects of testosterone administration/deprivation on anthropometric variables (Efeitos da administração/privação de testosterona em variáveis antropométricas). All values are mean \pm S.D. and 95% confidence interval of the difference of the mean

	46,XY before T deprivation vs 46,XX after T treatment			46,XY after T deprivation vs 46,XX before T treatment		
	46,XY (n = 19)	46,XX (n = 17)	95% CI of the difference	46,XY (n = 19)	46,XX (n = 17)	95% CI of the difference
Height (cm) (6)	177.8 \pm 7.9	167.1 \pm 7.8	5.4 - 16.0*	177.8 \pm 7.9	167.1 \pm 7.8	5.8 - 16.0*
Body weight (kg) (6)	66.1 \pm 11.7	63.4 \pm 11.4	- 5.1 - 10.4	69.9 \pm 11.3	60.7 \pm 11.8	1.40 - 16.8*
Body mass index (kg/m ²) (6)	20.8 \pm 2.6	22.6 \pm 3.0	- 3.7 - 0.1	22.0 \pm 2.7	21.7 \pm 3.5	- 1.7 - 2.4
Muscle area (cm ²) (6)	306.9 \pm 46.5	285.3 \pm 35.6	- 6.4 - 49.5	277.8 \pm 37.0	238.8 \pm 33.1	15.1 - 62.9*
Serum testosterone (nmol/l) (6)	21.5 \pm 5.8	30.8 \pm 11.4	- 15.7 - 3.0*	1.0 \pm 0.0	1.6 \pm 0.6	- 0.9 - 0.3*

* $P < 0.5$ vs baseline (Mann-Whitney test).

T: testosterone. Numbers in parentheses correspond to sources in reference list.

Fonte: Gooren e Bunck (2004)

Em revisão de Gooren (2008), o autor discorre sobre pessoas com distúrbios de diferenciação sexual e esportes; transexualidade; alterações físicas após a administração de hormônios sexuais opostos ao sexo biológico pós-puberdade; alterações físicas em transexuais após tratamento hormonal pós-puberal; administração pré-puberal de hormônios sexuais opostos ao sexo biológico e; as recomendações do COI para participação de atletas trans transicionados pós-puberdade. Como conclusão de seus escritos, Gooren aponta que o fator predominante para as propriedades físicas corporais de homens e mulheres é a exposição prévia e atual aos efeitos anabólicos dos andrógenos.

Após a cessação da exposição aos andrógenos, esses efeitos podem ser reversíveis, mas não é completamente compreendido se essa reversibilidade é realmente completa MtF. Já no caso contrário, de FtM, semelhantes aos homens cis hipogonádicos, por utilizarem a testosterona como principal hormona de reposição, existe potencial possibilidade de ocorrer uma superdosagem desta no corpo, embora suas propriedades físicas no estado realocado não ofereçam uma vantagem óbvia sobre os homens (GOOREN, 2008).

Decorrente deste novo panorama e da possibilidade, ainda que agudizada, da participação de atletas trans pelo gênero ao qual se identificam, alguns exemplos tornaram-se visíveis no campo esportivo de ação, como é o caso da golfista dinamarquesa Mianne Bagger (2004); a lutadora

americana de MMA Fallon Fox (2012); o atleta de triathlon americano, Chris Mosier (2015), o primeiro homem trans a ser convocado para uma seleção de equipe dos EUA em sua modalidade (TDF, 2017).

Neste meio tempo, mais pesquisas foram realizadas para se aprofundar na temática, muito embora ainda esbarrassem na problemática de um número amostral muito restrito, principalmente no alto rendimento. Conforme aponta a revisão sistemática relacionada à participação esportiva e políticas esportivas competitivas de/para/por pessoas transgênero, de Jones et al. (2017), para além das duas pesquisas supracitadas, de cunho biomédico, foram realizados mais 6 estudos de impacto (quadro 2), de cunho sociocultural, explicitados a seguir.

Quadro 2 - Detalhes dos artigos qualitativos incluídos no estudo de Jones et al. (2017)

Autores/as	Ano	País	Objetivo(s)	Participantes	Principais descobertas
Semerjian e Cohen	2006	EUA	Explorar as experiências de atletas transexuais, dando atenção especial à identidade ou desempenho de gênero relacionado à participação	4	Atletas discutiram uma série de barreiras e desafios em relação à sua participação no esporte
Cohen e Semerjian	2008	EUA	Explorar a experiência de uma mulher transgênero participando de torneios nacionais de hóquei no gelo feminino	1	Cinco temas principais: identidade policiada, conflito interno, mancha de masculinidade, afirmação e criação de normas de gênero
Travers e Deri	2011	Canadá	Examinar a renegociação de fronteiras baseadas no sexo dentro do contexto de inclusão de transgêneros em ligas lésbicas de <i>softbol</i> norte-americanas	12	Experiências positivas foram mais frequentemente relatadas por mulheres transexuais do que homens trans em relação à inclusão, apesar da renegociação dos limites sexuais. Diversos participantes perceberam a testosterona como uma vantagem atlética em sujeitos do sexo masculino transgênero (quando injetados) e sujeitos do sexo feminino (endógenos)
Caudwell	2012	Reino Unido	Explorar experiências de dois sujeitos do sexo masculino transgênero em um ambiente educacional e de recreação	2	Quatro temas: esporte escolar, suas subjetividades incorporadas, transição e participação esportiva
Tagg	2012	Austrália e Nova Zelândia	Compreender as questões que envolvem a participação esportiva de atletas transgêneros, especificamente em relação ao <i>netball</i> masculino na Nova Zelândia	2	Políticas inclusivas para transgêneros pouco protegem ou tornam o esporte justo para os participantes. Transgêneros que estão passando por transição física não têm espaço para participar abertamente do <i>netball</i> na Nova Zelândia
Hargie et al.	2015	Reino Unido	Explorar as experiências de esporte das pessoas transgênero em relação à exclusão social e à teoria do estresse minoritário	10	Quatro temas: natureza intimidadora dos vestiários, o impacto da alienação de experiências esportivas na escola, o medo do espaço público e a negação dos aspectos sociais, de saúde e bem-estar do esporte

Fonte: Jones et al. (2017) adaptado, tradução nossa.

No ano de 2015, a doutora e médica Joanna Harper publicou os resultados de sua pesquisa (HARPER, 2015), que acompanhou durante sete anos o desempenho de oito atletas trans em provas de corrida de longas distâncias (entre 5 e 42km), antes e após a transição e submissão à TRHC. Os resultados encontram-se dispostos abaixo. Para a comparação dos tempos, foi utilizado o protocolo de “Age Grading” (AG), especificados em cada uma das tabelas (3, 4, 5, 6) a seguir:

Table 3: 5k Race Times (Tempo dos 5km)

	Male	Races		Female	Races	
Runner No.	Age	Time	AG	Age	Time	AG
One	48	18:27	78.7	52	22:43	75.7
Two	30	15:56	81.4	36	17:51	82
Four (a)	30	17:35	73.6	33	21:04	70.6
Five	34	19:39	66.7	35	23:43	63
Six (b)	24	15:07	83.5	53	20:22	85.5
Eight	27	20:29	62.2	30	22:51	64.8

Fonte: Harper (2015)

Table 4: 10k Race Times Tempo dos 10km)

	Male	Races		Female	Races	
Runner No.	Age	Time	AG	Age	Time	AG
One	49	0:39:05	77.9	56	0:48:45	76.1
Two (b)	22	0:32:37	82.4	36	0:36:58	83.1
Five	34	0:45:33	60.1	36	0:57:40	53.3
Six (a)	46	0:37:10	80	48	0:42:01	80.5

Fonte: Harper (2015)

Table 5: Half-marathon Race Times (Tempo da meia maratona)

	Male	Races		Female	Races	
Runner No.	Age	Time	AG	Age	Time	AG
Five	33	1:53:06	52.4	37	2:05:38	53.3
Six (b) (d)	26	1:08:38	86.3	53	1:32:27	83.8
Six (a) (d)	46	1:23:11	77.8	48	1:34:01	77.5
Seven	19	1:48:47	55.7	28	1:48:45	60.5

Fonte: Harper (2015)

Table 6: Marathon Race Times (Tempo da maratona)

	Male	Races		Female	Races	
Runner No.	Age	Time	AG	Age	Time	AG
Three	49	3:18:58	69.5	54	4:12:31	67.2
Five	34	3:16:59	63.4	35	4:08:33	55.3
Seven ©	19	3:49:55	55.7	31	2:59:10	75.7
Eight	29	3:08:53	66.1	30	3:44:55	60.2

Fonte: Harper (2015)

Harper inferiu que o tempo atingido pelas atletas foi inferior após a transição de gênero e submissão ao tratamento hormonal. “Como resultado de seus níveis de testosterona amplamente reduzidos, as mulheres transexuais perdem força, velocidade e praticamente todos os outros componentes da capacidade atlética” (HARPER, 2015, p. 6, tradução nossa).

Como limitações do estudo, a autora reconhece que das oito participantes, nenhuma era corredora de elite, disputando apenas competições nas esferas amadoras ou semiprofissionais. Ainda, o número de estudadas era baixo, o que comprometeria sua aplicabilidade para grandes populações nas mesmas condições, e restrito apenas às provas de corrida: “[...] mais pesquisas seriam necessárias para confirmar ou refutar a hipótese de variações relacionadas à distância nos escores de idade para mulheres transexuais” (HARPER, 2015, p. 7, tradução nossa).

Ainda no ano de 2015, vinte especialistas (quadro 3) se reuniram para atualizar as regras do Consenso de Estocolmo, no encontro denominado “Reunião de Consenso do COI sobre redesignação sexual e hiperandrogenismo”. Foram discutidos os principais dados científicos sobre a reatribuição sexual nos esportes refletida nas leis de muitas jurisdições ao redor do mundo, tomando como base os estudos supracitados, em especial o de Harper (2015), por ser, até então, o mais longitudinal já realizado.

Quadro 3- Especialistas participantes da Reunião de Consenso do COI de 2015

Especialista	Nacionalidade	Formação	Atuação
Uğur Erdener	Turco	Medicina	Professor da Universidade Hacettepe, em Ancara. Presidente da Comissão Médica e Científica do COI
Arne Ljungqvist	Sueco	Medicina	Membro honorário do Comitê Olímpico Internacional (COI), ex-presidente da Comissão Médica do COI e vice-presidente da Agência Mundial Antidoping (WADA)
Stéphane Bermon	Francês	Medicina esportiva	Atua no Instituto de Medicina Esportiva de Mônaco e é membro da Comissão Médica e Antidoping da Associação Internacional de Federações de Atletismo (IAAF)
Michael Beloff	Britânico	Direito	Membro da Blackstone Chambers, atua em Direitos Humanos, direito administrativo e direito desportivo. Membro da Bird & Bird's Sports Group

Gerard Conway	Britânico	Medicina/Endocrinologia especialista em diferenças no desenvolvimento sexual	Consultor dos Hospitais da University College London e professor de Medicina Clínica no Institute for Womens Health, da University College London
Myron Genel	Norte americano	Medicina/Endocrinologia	Professor Emérito de Pediatria e Cientista Sênior de Pesquisa da Escola de Medicina da Universidade de Yale
Joanna Harper	Canadense	Medicina	Pesquisadora e consultora do COI em assuntos de gênero e esporte
Angelica Linden Hirschberg	Sueca	Medicina	Membro da Sociedade Sueca de Medicina, Departamento de Saúde da Mulher e da Criança, Divisão de Obstetria e Ginecologia do Karolinska Institutet
Maria Jose Martinez-Patiño	Espanhola	Política e Desporto	Consultora do Comitê Científico do Tribunal Arbitral do Desporto (TAS) e da Comissão Médica do COI
Martin Ritzén	Sueco	Medicina/Endocrinologia	Professor e pesquisador do Karolinska Institutet (Distúrbios do desenvolvimento sexual e estudos clínicos sobre crescimento e puberdade)
Eric Vilain	Francês	Medicina/Genética	Professor de Genética Humana, Pediatria e Urologia, Diretor do Centro de Biologia Baseada em Gênero e Chefe de Genética Médica do Departamento de Pediatria da Escola de Medicina da UCLA
Jonathan Taylor	Britânico	Direito	Um dos advogados líderes mundiais em esportes, assessorando nacional e internacionalmente questões comerciais, regulatórias e contenciosas nos principais esportes. Membro da Bird & Bird's Sports Group
Liz Riley	Britânica	Direito	Consultora do COI e IAAF e membro da Bird & Bird's Sports Group. Conselheira Geral do Comitê Paralímpico Internacional
Robin Mitchell	Norte americano	Medicina	Vice-Presidente da Comissão Médica e Científica do COI
Rania Elwani	Egípcia	Medicina	Membro da Comissão Médica e Científica do COI e do Comitê de Atleta da Agência Mundial Antidoping (WADA)
Vidya Mohamed-Ali	Catari	Medicina	Diretora da Divisão de Pesquisa em Ciências da Vida no Laboratório de Anti-Doping do Qatar e Membro da Comissão Médica e Científica do COI
Yannis Pitsiladis	Australiano	Medicina esportiva	Professor de Ciências do Esporte e do Exercício na Universidade de Brighton. Membro da Comissão Médica e Científica do COI, do Colégio Americano de Medicina do Esporte (ACSM) e do Conselho de Pesquisa em Biotecnologia e Ciências Biológicas (BBSRC)
Richard Budgett	Britânico	Medicina esportiva	Diretor Médico e Científico do COI. Membro do Grupo de Especialistas em Substâncias Proibidas da WADA
Lars Engebretsen	Norueguês	Medicina esportiva	Professor e consultor da Faculdade de Medicina da Universidade de Oslo e do Centro de Pesquisa em Traumatismo de Oslo. Consultor e ex-médico chefe da Federação Norueguesa de Esportes e Chefe de Atividades Científicas do COI
Christian Thill	Luxemburguês	Direito	Assessor Jurídico Sênior do COI

Fonte: a autoria (2021)

O COI atualizou suas recomendações para as seguintes:

1. Aqueles que transitam de feminino para masculino são elegíveis para competir na categoria masculina sem restrição;
2. Aquelas que transitam de masculino para feminino são elegíveis para competir na categoria feminina sob as seguintes condições:
 - 2.1. A atleta declarou que sua identidade de gênero é feminina. A declaração não pode ser alterada, para fins esportivos, por um período mínimo de quatro anos;
 - 2.2. A atleta deve demonstrar que seu nível total de testosterona está abaixo de 10nmol/L de sangue por pelo menos 12 meses antes de sua primeira competição;

2.3. O nível total de testosterona da atleta deve permanecer abaixo de 10 nmol/L de sangue durante todo o período de elegibilidade desejada para competir na categoria feminina;

2.4. A conformidade com essas condições pode ser monitorada por testes. Em caso de não conformidade, a elegibilidade da atleta para a competição feminina será suspensa por 12 meses (IOC, 2015, p. 2-3, tradução nossa).

Com as novas recomendações, mais casos puderam emergir no cenário internacional. No ano de 2016, Alessia Ameri tornou-se a primeira mulher considerada trans (embora seja intersexo) a atuar no voleibol de alto rendimento, pela equipe *Hermaea Entu*, da segunda divisão da Liga Italiana de Voleibol. Um ano depois, a brasileira também atleta de voleibol, Tiffany Abreu, se destacou como a primeira brasileira trans a atuar no alto rendimento da modalidade, defendendo a equipe feminina do *Golem Volley*, participante da Série A2 do Campeonato Italiano. Atualmente, Tiffany defende a equipe do Osasco, da região metropolitana de São Paulo, após 4 anos de contrato com a equipe SESI/Vôlei Bauru.

Outros casos também surgiram, tais como o da atleta de vôlei de praia norte-americana Tia Thompson; a argentina Jessica Millamán, do hóquei de grama; o nadador norte-americano Schuyler Bailar; as corredoras norte-americanas Terry Miller e Andraya Yaerwood; a espanhola Omy Perdomo, atleta de voleibol; o brasileiro Pedro Petry, atleta de jiu jitsu; Cece Telfer, velocista norte-americana; Laurel Hubbard, halterofilista da Nova Zelândia atualmente aposentada; entre outros/as.

Em meio a este cenário, novas pesquisas foram publicadas de acordo com a participação em competições nacionais e internacionais, e a intervenção de federações em cada modalidade específica (quadro 4).

Quadro 4 - Estudos publicados após a Reunião do COI de 2015

Autores/as	Ano	País	Objetivo(s)	Participantes	Principais descobertas
Harper, Betancurt e Martínez-Patiño	2016	EUA	Analisar o desempenho atlético de uma velocista, uma remadora, uma ciclista e três corredoras de longa distância, antes e depois da transição de gênero.	6	A ciclista diminuiu seu limiar de lactato de 304 watts para 270 watts (diferença de 11%). Os tempos das remadoras para dois quilômetros no ergômetro antes e depois de 18 meses de TRHC foram 7:01 e 7:25, respectivamente (6% mais lento em uma idade em que deveria estar ficando mais rápida). Os tempos das corredoras foram maiores após a transição e TRHC, bem como diminuição dos níveis de testosterona e hemoglobina no sangue.
Pitsiladis et al.	2016	EUA	Analisar as principais informações publicadas até então sobre a participação e rendimento de atletas trans no esporte	0	São necessários estudos de intervenção adequadamente planejados para investigar o efeito da transição MtF e FtM na treinabilidade e desempenho, bem como os efeitos da TRHC no desempenho de atletas intersexuais.
Jones et al.	2017	EUA	Abordar, através de uma revisão sistemática da literatura, a lacuna relativa à participação esportiva ou políticas esportivas competitivas para atletas trans.	0	Atualmente, não há pesquisas diretas ou consistentes sugerindo que atletas transsexuais têm vantagem atlética em qualquer estágio de sua transição. Logo, políticas esportivas competitivas que impõem restrições a esse público precisam ser consideradas e potencialmente revisadas.
Harper et al.	2018	EUA	Averiguar a opinião dos/as participantes sobre a temática de gênero e biologia no campo esportivo.	153	71% concordaram com a ideia de divisão por gênero de atleta. 20% solicitaram mais estudos sobre a temática e 32% demonstraram preocupação com o processo de monitoramento de hormônios para evitar uso de doping.

Fonte: a autoria (2021)

Com relação às principais políticas esportivas inclusivas para transgêneros ao redor do mundo, reportamo-nos à Jones et al. (2017) e Transathlete³ (2019b) para apresentarmos as políticas esportivas inclusivas para transgêneros. Das 32 políticas revistas (quadro 5), treze são dos EUA, dez do Reino Unido, uma da Austrália e as oito demais internacionais (JONES et al., 2017; TRANSATHLETE, 2019b).

Quadro 5- Políticas esportivas inclusivas para transgêneros

Organização	Ano	Local	Recomendações pré-puberdade	Recomendações pós-uberdade
Comitê Olímpico Internacional	2004	Internacional	Se já realizou a cirurgia de afirmação sexual, pode competir sem restrições	Apresentar documentação com reconhecimento legal de seu gênero pelo país de origem, cirurgia de redesignação sexual obrigatória, pelo menos dois anos no gênero atual e igual período de TRHC.
Comitê Olímpico Internacional	2015	Internacional	FtM: sem restrições MtF: declararam gênero feminino por pelo menos 4 anos e apresentam níveis de testosterona abaixo de 10 nmol/L por pelo menos 12 meses antes da competição.	FtM: sem restrições MtF: declararam gênero feminino por pelo menos 4 anos e apresentam níveis de testosterona abaixo de 10 nmol/L por pelo menos 12 meses antes da competição.
<i>Amateur Swimming Association</i>	2015	Reino Unido	Política de 2004 do COI	Política de 2004 do COI
<i>Association of Boxing Commissions</i>	2012	EUA	Permitido competir no gênero atual, contanto que tenha a cirurgia de afirmação sexual	MtF: cumprir com as exigências do COI FtM: fornecer evidência legal de seu sexo e se submeter à TRHC
<i>Badminton England</i>	2013	Reino Unido	Política de 2004 do COI	Política de 2004 do COI
<i>British Rowing</i>	2013	Reino Unido	Se o TRHC não tiver sido iniciado, a atleta trans pode competir no sexo masculino. Uma garota trans na pré-puberdade pode competir no feminino ou em uma competição mista	FtM pode competir no sexo masculino ou em uma competição mista MtF pode competir como no sexo feminino ou em competições mistas fornecendo exames com níveis de testosterona dentro do intervalo normal para uma pessoa cisgênero de sexo feminino
<i>British Universities and Colleges Sport</i>	2012	Reino Unido	Não aplicável	Recomenda-se que, quando surgirem problemas de transgênero, a política de cada órgão nacional para esse esporte seja adotada
<i>Disability Sport Australia</i>	2014	Austrália	Incentiva a participação de acordo com o gênero ao qual a pessoa se reconhece, mas sugere a TRHC	Incentiva a participação de acordo com o gênero ao qual a pessoa se reconhece, mas sugere a TRHC
<i>Fédération Internationale de Volleyball</i>	2014	Internacional	O gênero deve ser confirmado pela certidão de nascimento MTF podem ser obrigadas a apresentar um certificado de gênero e/ou exame médico	O gênero deve ser confirmado pela certidão de nascimento MtF podem ser obrigadas a apresentar um certificado de gênero e/ou passar por um exame médico
<i>International Tennis Federation</i>	Sem data	Internacional	Política de 2004 do COI	Política de 2004 do COI
<i>International Quidditch Association</i>	2015	Internacional	Permite a livre identificação e participação entre os gêneros	Permite a livre identificação e participação entre os gêneros
<i>International Gay and Lesbian Football Association</i>	2014	Internacional	Fornecer reconhecimento legal de seu gênero Realizar TRHC ininterrupto por pelo menos um ano antes da competição	Fornecer reconhecimento legal de seu gênero Realizar TRHC ininterrupto por pelo menos um ano antes da competição
<i>International Association of Athletics Federations</i>	2011	Internacional	Avaliação endócrina Evidência de cirurgia de confirmação de gênero Acompanhamento do tratamento pós-operatório	Avaliação endócrina Evidência de cirurgia de confirmação de gênero Acompanhamento do tratamento pós-operatório
<i>Ladies Professional Golf Association</i>	2010	EUA	MtF submetido à cirurgia de confirmação de gênero pode competir no feminino MtF sem cirurgia, mas com TRHC de no mínimo um ano, pode competir no feminino FtM com TRHC pode competir no masculino, mas não feminino	MtF submetido à cirurgia de confirmação de gênero pode competir no feminino MtF sem cirurgia, mas com TRHC de no mínimo um ano, pode competir no feminino FtM com TRHC pode competir no masculino, mas não feminino

³ “Recurso para estudantes, atletas, treinadores e administradores encontrarem informações sobre inclusão trans nos esportes atléticos em vários níveis de jogo [...] reúne informações existentes em um local central e divide as informações em áreas de fácil referência” (TRANSATHLETE, 2019a, p. 1, tradução nossa).

<i>Ladies Professional Golf Association</i>	2010	EUA	MtF submetido à cirurgia de confirmação de gênero pode competir no feminino MtF sem cirurgia, mas com TRHC de no mínimo um ano, pode competir no feminino FtM com TRHC pode competir no masculino, mas não feminino	MtF submetido à cirurgia de confirmação de gênero pode competir no feminino MtF sem cirurgia, mas com TRHC de no mínimo um ano, pode competir no feminino FtM com TRHC pode competir no masculino, mas não feminino
<i>Lawn Tennis Association</i>	Sem data	Reino Unido	Permitido jogar de acordo com a identidade de gênero, desde que tenha sido submetido à cirurgia de afirmação sexual	Cirurgia de redesignação sexual e gonadectomia obrigatórias Reconhecimento legal do novo gênero TRHC no mínimo há dois anos
<i>National Collegiate Athletic Association</i>	2011	EUA	FtM: uso de TRHC e diagnóstico de disforia de gênero para atuar no masculino, sendo proibido atuar no feminino MtF: uso de TRHC e diagnóstico de disforia de gênero para atuar no feminino, sendo proibido atuar no masculino até completar um ano de TRHC	FtM: uso de TRHC e diagnóstico de disforia de gênero para atuar no masculino, sendo proibido atuar no feminino MtF: uso de TRHC e diagnóstico de disforia de gênero para atuar no feminino, sendo proibido atuar no masculino até completar um ano de TRHC
<i>Rugby Football Union</i>	Sem data	Reino Unido	Política de 2004 do COI	Política de 2004 do COI
<i>Scottish Football Association</i>	2008	Reino Unido	Política de 2004 do COI	Política de 2004 do COI
<i>The Football Association</i>	2014	Reino Unido	Com idade inferior a 16 anos, os/as jogadores/as podem jogar com meninos e meninas, sem necessidade de cirurgia de afirmação de gênero	FtM: devem ter resultados hormonais dentro de uma faixa masculina cisgênero TRHC por um período de tempo suficiente MtF: submetidos a TRHC ou gonadectomia Os resultados hormonais devem estar dentro de uma faixa feminina cisgênero Reconhecimento legal de gênero para ambos
<i>UK Roller Derby Association</i>	2014	Reino Unido	Nenhuma evidência de identidade de gênero ou níveis hormonais é necessária para participar Deve estar vivendo em tempo integral como seu gênero escolhido	Nenhuma evidência de identidade de gênero ou níveis hormonais é necessária para participar Deve estar vivendo em tempo integral como seu gênero escolhido
<i>US Rowing</i>	2015	EUA	Todos os remadores em eventos masculinos são homens e todas as remadoras em eventos femininos são mulheres O gênero é determinado pelo reconhecimento legal do gênero	Todos os remadores em eventos masculinos são homens e todas as remadoras em eventos femininos são mulheres O gênero é determinado pelo reconhecimento legal do gênero
<i>US Soccer Federation</i>	2013	EUA	Solicita-se às pessoas transexuais que forneçam documentações para comprovar a identidade de gênero do/a atleta como parte de sua identidade central	Solicita-se às pessoas transexuais que forneçam documentações para comprovar a identidade de gênero do/a atleta como parte de sua identidade central
<i>USA Gymnastics</i>	2015	EUA	Política de 2004 do COI	Política de 2004 do COI
<i>USA Senior Softball</i>	2014	EUA	Política de 2004 do COI	Política de 2004 do COI
<i>USA Triathlon</i>	Sem data	EUA	Segue as regras da Agência Anti-Doping dos EUA com relação ao uso de testosterona	Segue as regras da Agência Anti-Doping dos EUA com relação ao uso de testosterona
<i>USA Boxing</i>	2013	EUA	Política de 2004 do COI	Política de 2004 do COI
<i>USA Sailing</i>	2013	EUA	Política de 2004 do COI	Política de 2004 do COI
<i>USA Track and Field</i>	2005	EUA	Política de 2004 do COI	Política de 2004 do COI
<i>USA Swimming</i>	2013	EUA	A discriminação contra qualquer membro ou participante com base no gênero, orientação sexual e expressão de gênero é proibida.	A discriminação contra qualquer membro ou participante com base no gênero, orientação sexual e expressão de gênero é proibida.
<i>Women's Flat Track Derby Association</i>	Sem data	Reino Unido	MtF são autorizadas a competir desde que seus níveis hormonais estejam dentro de uma faixa típica feminina Informações sobre cuidados de saúde devem ser submetidas FtM não podem participar	MtF são autorizadas a competir desde que seus níveis hormonais estejam dentro de uma faixa típica feminina Informações sobre cuidados de saúde devem ser submetidas FtM não podem participar
<i>World Outgames</i>	2015	EUA	Solicita-se às pessoas transexuais que forneçam documentações para comprovar a identidade de gênero do/a atleta como parte de sua identidade central	Solicita-se às pessoas transexuais que forneçam documentações para comprovar a identidade de gênero do/a atleta como parte de sua identidade central
<i>CrossFit</i>	2019	Internacional	Política de 2015 do COI	Política de 2015 do COI

Fonte: Jones et al. (2017) e Transathlete (2019b), adaptado, tradução nossa.

Corroborando com Jones et al. (2017), percebemos que a maioria dos estudos é de natureza qualitativa, talvez em decorrência do baixo número de pessoas trans na população mundial; a

maioria das experiências de atletas trans, inclusive aquelas decorrentes da promoção das políticas para transgêneros no esporte, acabam por propiciar uma experiência negativa deles/as no campo em questão; urge a necessidade de novas pesquisas quantitativas e; os dados até então já sistematizados podem ser utilizados para formar uma plataforma a partir da qual poderão ser aplicadas variadas generalizações.

A tendência para os anos pós-2020 é de que o fenômeno esportivo reflita e reformule paradigmas que possibilitem a inclusão, também, dos/as atletas transgêneros. Conforme aponta o COI em seu documento, “É necessário garantir, na medida do possível, que os/as atletas trans não sejam excluídos da oportunidade de participar de competições esportivas” (IOC, 2015, p. 2, tradução nossa). E complementa: “O principal objetivo esportivo é e continua sendo a garantia de uma competição justa”.

Existe forte resistência a este novo movimento que emerge das demandas modernas do esporte. Conforme já denunciava Harper (2015, p. 8, tradução nossa) “Haverá forte oposição de atletas, pais e fãs à inclusão de mulheres transexuais. Levará muitos anos até que o entusiasta esportivo entenda que as mulheres transexuais que sofreram supressão de testosterona não vão dominar as mulheres”.

Já se sabe que, em média, os homens cisgêneros apresentam rendimento melhor/maior que as mulheres cisgêneros, no entanto, não existe pesquisa empírica que identifique as razões específicas para tal (JONES et al., 2017). Com base em pesquisas de intervenção apenas com o público cisgênero, acredita-se que os principais elementos a conferir vantagem em esportes competitivos através do aumento de resistência, massa muscular, potência, etc., são os hormônios androgênicos (em especial, a testosterona), “e, embora essa crença tenha validado várias políticas esportivas, a testosterona pode não ser o marcador primário, ou mesmo útil, na determinação da vantagem atlética” (JONES et al., 2017, p. 713, tradução nossa).

A testosterona é apenas uma parte da fisiologia de uma pessoa e existem outros fatores importantes (biológicos e ambientais) que devem ser considerados se a equidade (ou ausência de vantagem) for o objetivo no esporte competitivo. Estabelecer o que é uma vantagem atlética no esporte competitivo facilitaria a inclusão de todos/as os/as atletas (independentemente de sua identidade de gênero) na premissa de justiça (KARKAZIS et al., 2012; JONES et al., 2017).

Também, temos de considerar que o corpo trans, em seu processo de TRHC, pode sofrer com efeitos adversos que, dependendo da intensidade, comprometem não apenas o rendimento físico deste/a atleta, mas também sua qualidade de vida como um todo, tais como “[...] trombose de veias profundas, alterações tromboembólicas, aumento da pressão arterial, alterações hepáticas e problemas ósseos” (PETRY, 2015, p. 73) em MtF, e “[...] hipertensão, aumento da eritropoiese,

diminuição do colesterol HDL e aumento do LDL, bem como elevação de enzimas hepáticas, obesidade e acne” (CAMPANA et al., 2018, p. 529) em FtM.

Também podem ocorrer distúrbios psiquiátricos, do sistema nervoso, cardiovasculares, gastrintestinais e musculoesqueléticos (GOOREN et al., 2015), que são fatores muito importantes a se incluir nessas intervenções epistemológicas acerca do desempenho e treinabilidade de todo/a e qualquer atleta transgênero.

As discussões envolvendo a tônica transpassam campos sociológicos, antropológicos, biomédicos, farmacêuticos, esportivos, etc. Debater sobre a temática é debruçar-se sobre uma multiplicidade de teias discursivas sobre corpos, práticas corporais, saúde, qualidade de vida, direitos e deveres em uma sociedade pós-moderna.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Pudemos inferir que, mesmo as recomendações esportivas sendo elaboradas por especialistas na temática e através de dados científicos, a temática “transgênero no esporte” não é inovadora e carece de mais investigações no campo empírico. O primeiro caso registrado data de 1977, mas a primeira recomendação oficial de impacto só foi publicada em 2003 e apenas após a segunda recomendação, de 2015, é que se percebe maior engajamento científico para se debruçar sobre o tema, o que nos permite afirmar que por décadas o assunto permaneceu menosprezado.

Embora não esteja constatada vantagem biofisiológica, se levarmos em conta que são inúmeros os fatores que influenciam no rendimento esportivo, existe um discurso policiador que aciona a testosterona como principal hormônio anabólico responsável pelas diferenças entre homens e mulheres cisgêneros, que é transmutado para o entendimento dos corpos transgênero de forma ainda pouco conclusiva.

Recomendamos a continuidade das pesquisas e a elaboração de novos meios de classificação nos esportes para torná-lo mais justo e praticável por pessoas em um cenário de maior equidade e sem tantas disparidades entre os corpos.

REFERÊNCIAS

- ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. 2019. Disponível em: <http://www.antrabrasil.org/mapadosassassinatos>. Acesso em 14 jun. 2019.
- BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Revista Florestan**, São Carlos, v. 1, n. 2, p. 32-48, nov. 2014.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

CAMARGO, Wagner Xavier. Jogos 'Olímpicos' Gays: uma perspectiva antropológica. In: GIGLIO, Sérgio S.; AMARAL, Silvia Cristina F.; RIBEIRO, Olívia Cristina F.; BORTOLETO, Marco Antonio C. (Org.). **Múltiplos olhares sobre os Jogos Olímpicos**. São Paulo: Intermeios, 2018a. p. 177-201.

CAMARGO, Wagner Xavier. O tênis na trajetória de Renée Richards. **Revista Ludopédio**. Sessão Aruibancada, 29 abr. 2018b. Disponível em: <https://www.ludopedio.com.br/aruibancada/o-tenis-na-trajetoria-de-renee-richards/>. Acesso em: 16 fev. 2019.

CAMARGO, Wagner Xavier; RIAL, Carmen Silvia Moraes. Competições esportivas mundiais LGBT: guetos sexualizados em escala global? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 977-1003, set./dez. 2011.

CAMARGO, Wagner Xavier; RIAL, Carmen Silvia Moraes. Esporte LGBT e Condição Pós-Moderna: notas antropológicas. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 10, n. 97, p. 269-286, jul./nov. 2009.

CAMPANA, Gabriela Aline et al. A terapia hormonal no processo de transexualização. **Revista da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, Ariquemes, v. 9, ed. esp., p. 526-531, mai./jun., 2018. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimescontra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2018.

DEVIDE, Fabiano Pries et al. Estudos de gênero na Educação Física Brasileira. **Motriz**, Rio Claro, v. 17 n. 1 p. 93-103, jan./mar. 2011.

FRANCO, Neil. A Educação Física como território de demarcação dos gêneros possíveis: vivências escolares de pessoas travestis, transexuais e transgêneros. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 47, p. 47-66, mai. 2016.

GGB. Grupo Gay Da Bahia. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: Relatório 2018**. 2019.

GOOREN, Louis J. G. Olympic sports and transsexuals. **Asian Journal of Andrology**, v. 10, n. 3, p. 427-432, apr. 2008.

GOOREN, Louis J. G.; BUNCK, Mathijs C. M. Transsexuals and competitive sports. **European Journal of Endocrinology**, v. 151, n. 4, p. 425-429, oct. 2004.

GOOREN, Louis J. G. et al. (Patho)physiology of cross-sex hormone administration to transsexual people: the potential impact of male–female genetic differences. **Andrologia**, v. 47, n. 1, p. 05-19, feb. 2015.

GROSSI, Miriam Pillar; ÁVILA, Simone. Transexualidade e Movimento Transgênero na Perspectiva da Diáspora Queer. **Revista Brasileira de Estudos Jurídicos**, Montes Claros, v. 6, n. 1, p. 155-170, jan./jun. 2011.

HARPER, Joanna. Race Times for Transgender Athletes. **Journal of Sporting Cultures and Identities**, Champaign, v. 6, n. 1, p. 1-9, 2015.

HARPER, Joanna; BETANCURT, Jonathan Ospina; MARTÍNEZ-PATIÑO, Maria Jose. **Analysis of the Performance of Transgender Athletes**. 2016. Available in <https://www.sportsci.org/2016/WCPASabstracts/ID-1699.pdf>. Access in 05 feb. 2019.

HARPER, Joanna et al. The Fluidity of Gender and Implications for the Biology of Inclusion for Transgender and Intersex Athletes. **Current Sports Medicine Reports**, Indianapolis, v. 17, n. 12, p. 467-472, dec. 2018.

IOC. International Olympic Committee. **IOC Consensus Meeting on Sex Reassignment and Hyperandrogenism**. 2015. Available in: https://stillmed.olympic.org/Documents/Commissions_PDFfiles/Medical_commission/2015-11_ioc_consensus_meeting_on_sex_reassignment_and_hyperandrogenism-en.pdf. Access in 11 jun. 2019.

IOC. International Olympic Committee. **Statement of the Stockholm consensus on sex reassignment in sports**. 2003. Available in: https://stillmed.olympic.org/Documents/Reports/EN/en_report_905.pdf. Access in 11 jun. 2019.

JONES, Bethany Alice et al. Sport and Transgender People: A Systematic Review of the Literature Relating to Sport Participation and Competitive Sport Policies. **Sports Medicine**, Auckland, v. 47, n. 4, p. 701-716, oct. 2017.

KARKAZIS, Katrina et al. Out of Bounds? A Critique of the New Policies on Hyperandrogenism in Elite Female Athletes. **The American Journal of Bioethics**, Philadelphia, v. 12, n. 7, p. 3-16, jun. 2012.

PETRY, Analídia Rodolpho. Mulheres transexuais e o Processo Transexualizador: experiências de sujeição, padecimento e prazer na adequação do corpo. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 70-75, jun. 2015.

PITSILADIS, Yannis et al. Beyond fairness: the biology of inclusion for transgender and intersex athletes. **Current Sports Medicine Reports**, Indianapolis, v. 15, n. 6, p. 386-388, nov./dec. 2016.

PRADO, Vagner Matias do; NOGUEIRA, Alessandra Lo Gullo Alves. Transexualidade e esporte: o caso Tiffany Abreu em “jogo”. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 60-72, jan./jun. 2018.

REZENDE, Regis Machado; PASSOS, Adriano. **As Mentiras que te Contaram Sobre a Presença de Tiffany na Superliga**. 2018. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/mentiras-que-te-contaram-sobre-presen%C3%A7a-de-tiffany-na-maira-reis>. Acesso em: 05 fev. 2019.

SERRANO, Jéssica Leite; CAMINHA, Iraquitana de Oliveira; GOMES, Isabelle Sena. Transexualidade e educação física: uma revisão sistemática em periódicos das Ciências da Saúde. **Movimento**, Porto Alegre, v. 23, n. 3., p. 1119-1132, jul./set. de 2017.

TDF. **TDF explica: transgêneros no esporte**. 2017. (7m55s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pINNV15swlo>. Acesso em: 10 jun. 2019.

TRANSATHLETE. **Home**. 2019a. Available in: <https://www.transathlete.com/?fbclid=IwAR0LAPz2luGh1rKCpOQodfzqhmt274JqO1ZGUcKEHmt0xpBvnfqCY9gxRsw>. Access in 14 jun. 2019.

TRANSATHLETE. **Policies by Organization**. 2019b. Available in: <https://www.transathlete.com/policies-by-organization?fbclid=IwAR0LAPz2luGh1rKCpOQodfzqhmt274JqO1ZGUcKEHmt0xpBvnfqCY9gxRsw>. Access in 14 jun. 2019.

NOTAS DE AUTOR

AGRADECIMENTOS - Não se aplica

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA - Não se aplica



FINANCIAMENTO - Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM - Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES - Os autores declaram não haver conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Motrivivência - ISSN 2175-8042** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Mauricio Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

EDITOR DE SEÇÃO

Silvan Menezes dos Santos.

REVISÃO DO MANUSCRITO E METADADOS

João Caetano Prates Rocha; Keli Barreto.

HISTÓRICO

Recebido em: 14 de maio de 2021.

Aprovado em: 03 de agosto de 2021.